

STJ00119722

DENISE MENDES
JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR
GIUSSEPP MENDES
Coordenadores

Prefácio
Igor Normando

DIREITO PÚBLICO E SUAS TRANSVERSALIDADES

Belo Horizonte
FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2024

©2024 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Márcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D598	Direito público e suas transversalidades / Denise Mendes, Jeferson Antonio Fernandes Bacelar, Giuseppe Mendes. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 689 p. 17x24cm ISBN 978-65-5518-628-4 1. Direito público. 2. Transversalidade. 3. Administração Pública. I. Mendes, Denise. II. Bacelar, Jeferson Antonio Fernandes. III. Mendes, Giuseppe. IV. Título. CDD: 342 CDU: 342
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MENDES, Denise; BACELAR, Jeferson Antonio Fernandes; MENDES, Giuseppe (Coord.). *Direito público e suas transversalidades*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 689 p. ISBN 978-65-5518-628-4.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Igor Normando	19
----------------------------	----

CRITÉRIOS PARA A DOSIMETRIA DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Alan Pierre Chaves Rocha	21
Introdução.....	21
Da natureza jurídica do ato de improbidade administrativa.....	22
Conclusão.....	35
Referências	36

POR UMA HERMENÊUTICA DE CONSENSUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alex Lobato Potiguar, José Augusto Torres Potiguar	39
1 Introdução.....	39
2 O papel dos princípios no pós-positivismo	40
3 Novo paradigma do Direito Administrativo: interesse público e consensualidade.....	45
4 Soluções adequadas de conflitos pela Administração Pública	49
5 Considerações finais.....	51
Referências	52

AS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM BOM GUIA RUMO À COP-30

Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, Giussepp Mendes	55
---	----

REFLEXÕES SOBRE A LINDB E SEUS EFEITOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Ana Maria Barata	61
1 Introdução.....	61
2 As principais mudanças na LINDB.....	62
2.1 Os valores jurídicos abstratos	62
2.2 Segurança jurídica	63
2.3 O erro grosseiro.....	64
2.4 Orientações normativas e regime de transição.....	65
3 O Direito Administrativo Sancionador	67
3.1 Os efeitos da LINDB nos marcos sancionatórios administrativos	68
3.2 Os enunciados do IBDA no campo sancionatório	68
3.3 O dever de regularidade de conduta	70
3.4 O sistema de dosimetria da sanção.....	70

3.5	A minoração de penas em face do empilhamento de sanções	74
4	Conclusões	77
	Referências	78

A RETROATIVIDADE DA NOVA LEI DE IMPROBIDADE: UMA ANÁLISE DO JULGAMENTO DO TEMA 1.199 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Anazion Wellington de Aguiar Junior, Aleph Hassan Costa Amin	81	
1	Introdução.....	81
2	As mudanças da Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa	82
3	O julgamento do ARE nº 843.989/PR e o Tema 1.199 de Repercussão Geral	85
3.1	A comprovação do dolo na tipificação do ato de improbidade.....	87
3.2	Argumentos da (ir)retroatividade da Lei nº 14.230/2021 na decisão com trânsito em julgado.....	88
3.3	Argumentos da (ir)retroatividade da Lei nº 14.230/2021 na decisão sem trânsito em julgado.....	91
3.4	Argumentos da (ir)retroatividade da Lei nº 14.230/2021 na prescrição geral ...	92
3.5	Argumentos da (ir)retroatividade da Lei nº 14.230/2021 na prescrição intercorrente	93
4	Análise crítica das teses fixadas no Tema 1.119 no STF	94
5	Considerações finais.....	96
	Referências	97

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURIMETRIA APLICADA: COMO OS DADOS PODEM ESTIMULAR SOLUÇÕES CONSENSUAIS NO SETOR PÚBLICO?

Anete Marques Penna de Carvalho, Flávia Góes Costa Ribeiro	101	
1	Introdução.....	101
2	Administração Pública: delimitação da expressão	102
3	Meios consensuais de solução de conflitos	103
3.1	Como aplicá-los na Administração Pública?	106
3.2	O caso da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA).....	107
4	Jurimetria	108
4.1	Noções iniciais básicas	108
4.2	Relação simbiótica entre dados e conciliação	110
4.3	Otimizando o setor público com a jurimetria.....	110
5	Conclusão.....	114
	Referências	115

A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NO ESTADO DE DIREITO (O SEU ENQUADRAMENTO JURÍDICO)

Antônio Francisco de Sousa	119	
1	Razão de ser da escolha do tema	119
1.1	Sua relevância e atualidade.....	119
1.2	Ligação do candidato ao tema: trabalho de uma vida	119
2	Discricionariedade: figura nuclear, mas sem definição legal.....	120
3	Razão de ser da discricionariedade: instrumento de realização da justiça material e do interesse público	120

4	Atribuição da discricionariedade	121
4.1	Princípio geral: os poderes da Administração são atribuídos por lei	121
4.2	Exigências reforçadas para a discricionariedade	121
4.3	Proibição de presunção da discricionariedade	121
4.4	Discricionariedade como espaço não controlado pelo tribunal	122
4.5	A cláusula “pode”, o “falso pode” e a vinculação estrita	123
5	Redução da discricionariedade a zero	123
6	Discricionariedade de Estado de Direito: discricionariedade juridificada e de justiça material	124
6.1	Discricionariedade juridificada	124
6.2	Discricionariedade como poder funcional: vontade subjetiva e vontade funcional	124
6.3	Discricionariedade para a realização da justiça material: o verdadeiro ADN da Administração Pública	125
6.4	Discricionariedade como cultura de justiça material: poder responsável e para servir – mudança de paradigma cultural	125
7	Discricionariedade: realização do interesse público, respeito pelo Direito e princípio da melhor escolha	126
8	Discricionariedade e figuras afins	126
8.1	Apreciação/valoração: verificação e declaração de valor	126
8.2	Margem de livre apreciação	126
8.3	O caso especial do controlo jurisdicional da avaliação de conhecimento	127
8.4	“Liberdade de conformação”: imperativo de justa ponderação (Abwägungsgebot)	128
8.5	“Liberdade de previsão”: antevisão segundo regras da arte (base: conhecimento técnico e dados da experiência). Princípio da previsão e princípio da precaução (pré-prevenção, por exemplo, no caso de risco de causar cancro; imparcialidade, risco de violação)	128
9	Atribuição dos mandatos de apreciação, de conformação, de previsão, de boa administração e de “boa gestão”: poder como mandato com vinculação a princípios jurídico-administrativos	129
10	Procedimento de decisão com justa apreciação/ponderação racional e previsível	129
11	Controlo jurisdicional: em geral	130
11.1	Interlocação entre julgar e administrar: controlo jurisdicional	130
11.2	Função pedagógico-cultural da sentença (“engenharia” cultural-administrativa): julgar é ainda administrar	130
12	Controlo jurisdicional: limites jurídicos	130
12.1	Controlo total da natureza do poder exercido (especialmente: verdadeiro ou falso “pode”): uma questão de interpretação da norma	130
12.2	Controlo do procedimento (trifásico) do exercício da discricionariedade: reunião do material a ser ponderado; sua pesagem individual e em relação recíproca; decisão	131
13	Grelhas de apoio à decisão	133
13.1	Vantagens das grelhas de apoio à decisão	133
13.2	Um caso especial de “grelha engenhosa”	133
14	Ventos de esperança	134

15	Conclusões.....	135
SEPARAÇÃO ENTRE OS PODERES DO ESTADO, REGULAÇÃO ECONÔMICA E O PRINCÍPIO DA DEFERÊNCIA		
	Benedito Gonçalves, Renato Cesar Guedes Grilo	139
	Introdução.....	139
1	A deslegalização e a separação de poderes no contexto do julgamento da ADI nº 4.874/DF (“sabor dos cigarros”).....	140
2	A conformação constitucional do princípio da separação dos poderes e o fenômeno da deslegalização	143
3	A doutrina da deferência administrativa (Deferência de Chevron).....	147
	Conclusão.....	149
	Referências	150
CONTROLE JUDICIAL DE ATO DE NOMEAÇÃO DO EXECUTIVO: ESTUDO A PARTIR DO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 37.097/DF NO STF		
	Bianca Cartágenes Saraiva, Márcio Augusto Marques de Azevedo	153
1	Introdução.....	153
2	Revisão da jurisprudência	155
3	Revisão bibliográfica	159
4	Posicionamento crítico fundamentado.....	164
	Referências	166
OS EFEITOS TEMPORAIS DA COISA JULGADA À LUZ DOS TEMAS 881 E 885 DO STF. CONSIDERAÇÕES ÚTEIS PARA O MANEJO PROCESSUAL NAS VIAS ORDINÁRIAS DE JURISDIÇÃO		
	Celia Regina de Lima Pinheiro, Erika Albuquerque	169
1	Introdução.....	169
2	Fundamentos da decisão (<i>ratio decidendi</i>) e sua delimitação vertical	174
3	Limites horizontais dos Temas 881 e 885 do STF	180
4	Conclusão.....	181
ENTRE A JURISPRUDÊNCIA DO TCU E A LEGISLAÇÃO SUBNACIONAL: UM ESTUDO DE CASO		
	Daniela Lima Barbalho	185
	Questões introdutórias.....	185
	O interessante Acórdão nº 1.587/2023 TCU-Plenário	186
	À guisa de conclusão.....	188
	Referências	189
STF E O DIREITO ADMINISTRATIVO: ENTRE SÚMULAS VINCULANTES E TESES EM REPERCUSSÃO GERAL		
	Denise Mendes, Giussepp Mendes	191
COTAS RACIAIS: POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE AO EPISTEMICÍDIO		
	Dirceu Ten Caten Pies, Juliana Pantoja Machado	195
	Introdução.....	195

1	Racismo, educação e políticas públicas no Brasil.....	197
2	O epistemicídio como ferramenta de exclusão.....	199
3	Cotas raciais para educação e a possibilidade de combate ao epistemicídio	206
	Conclusão.....	207
	Referências	209

POSSÍVEIS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO PL N° 2.896/2022
À LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS: DIMINUIÇÕES PROPOSTAS
NO PERÍODO DE QUARENTENA PARA QUE DIRIGENTES DE PARTIDOS
POLÍTICOS E PARTICIPANTES EM CAMPANHAS PARTIDÁRIAS ESTEJAM
APTOS A SER INDICADOS PARA DETERMINADOS CARGOS EM EMPRESAS
PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Eduardo Brasil, Luana Villa Real Faria	211	
1	Origem e tramitação do Projeto de Lei n° 2.896/2022	211
2	Teria a diminuição proposta ao período da quarentena a potência de desconfigurar a governança corporativa atualmente alcançada pelas estatais?	212
3	Potenciais conflitos de interesse e as estatais.....	215
4	Brasil, governança corporativa e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	215
5	Conclusão.....	218

PERSPECTIVAS TEÓRICAS ACERCA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Francisco das Chagas Silva Melo Filho, Frederico Antonio de Oliveira, Jeferson Antonio Fernandes Bacelar	221	
Introdução.....	221	
1	O desenho do conceito de políticas públicas na literatura especializada.....	224
2	Políticas públicas e sua vinculação com o estado constitucional de direito	226
3	O papel do Estado no planejamento de políticas públicas	228
4	O controle jurisdicional de políticas públicas.....	230
5	A interlocução entre reserva do possível, mínimo existencial e direitos fundamentais sociais	233
	Considerações finais	235
	Referências	236

A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR
DÉBITOS TRABALHISTAS NAS CONCESSÕES E CONTRATOS DE GESTÃO

Gabriel Napoleão Velloso Filho	237	
1	Introdução.....	237
2	Elementos conjunturais e estruturais.....	237
3	Definição legal de parceria	242
3.1	Da parceria em contratos de gestão	242
3.2	Das concessões e Parcerias Público-Privadas	246
4	Da responsabilidade subsidiária do Estado pelos atos praticados pelo concessionário	248
5	Conclusões	252
	Referências	253

REFLEXÕES ACERCA DO INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO
PUNITIVA DO ESTADO NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR
DISCIPLINAR

Gabriela Ohana	257
1 Introdução.....	257
2 Aspectos gerais da prescrição da pretensão punitiva do Estado no Direito Administrativo Sancionador Disciplinar	258
3 Dos entendimentos jurisprudenciais acerca da prescrição punitiva na sindicância e no Processo Administrativo Disciplinar – PAD.....	261
4 Da segurança jurídica, proporcionalidade e supremacia do interesse público sob o privado no Direito Sancionador: apontamentos críticos sobre a temática	265
4.1 Da contagem do prazo de prescrição na sindicância e Processo Administrativo Disciplinar PAD face ao instituto da interrupção da pretensão punitiva estatal.....	265
4.2 A inter-relação dos prazos de prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública na seara penal e administrativa.....	266
5 Conclusão.....	269
Referências	270

NOVAS (E VELHAS) REGRAS PARA OS CONVÊNIOS COM A ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA FEDERAL

Giussepp Mendes	273
------------------------------	-----

OS PRINCÍPIOS COMO ELEMENTOS INTEGRADORES ENTRE A “VELHA” E
“NOVA” LEI DE LICITAÇÕES: O CASO DA “TÉCNICA E PREÇO”

Giussepp Mendes	277
------------------------------	-----

NOVAS MODELAGENS CONTRATUAIS FRENTE À LEI FEDERAL Nº 14.026/20
(MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO)

Gustavo Justino de Oliveira, André Castro Carvalho	281
1 Panorama contextual da regulação do saneamento básico no Brasil.....	281
2 Modalidades contratuais para a prestação de serviços de saneamento básico .	286
3 A nulidade de contratos relativos à prestação dos serviços públicos de saneamento básico	290
Conclusão.....	295
Referências	296

O MINISTÉRIO PÚBLICO E ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR CONVERGINDO
PARA A EFICIÊNCIA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes	299
1 Introdução.....	299
2 Desenvolvimento	300
2.1 O Direito Administrativo e a Administração Pública	300
2.2 O princípio da supremacia do interesse público.....	302
2.3 As entidades de interesse social	302
2.4 A visita de inspeção.....	303

2.5	Resultados.....	304
3	Conclusão.....	305

FUNDAMENTO INTERPRETATIVO VÁLIDO PARA AS DECISÕES JUDICIAIS

Hélio Rubens Pinho Pereira	307	
1	Introdução.....	307
2	Justificação por dedução.....	310
3	Norma de reconhecimento.....	312
4	Justificação de segunda ordem.....	314
4.1	Princípios gerais de Direito.....	316
4.2	Princípios jurídicos.....	317
4.3	Analogia.....	317
5	Justificação consequencialista.....	318
6	Conclusão.....	318
	Referências.....	319

SEGURANÇA JURÍDICA E ESTADO DE DIREITO

Humberto Martins	321	
1	Introdução.....	321
2	Delimitação conceitual.....	321
3	Principais funções da segurança jurídica.....	322
3.1	Segurança jurídica para a confiança dos cidadãos.....	322
3.2	Segurança jurídica para o desenvolvimento do Estado de Direito.....	323
4	Segurança jurídica e direito.....	328
5	Conclusão.....	329
	Referências.....	330

A SUPREMACIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM RELAÇÃO AO INTERESSE PÚBLICO E OS TRIBUNAIS DE CONTAS

Jaques F. Reolon	333	
1	Direito positivo e a insegurança jurídica.....	333
2	Prevalência dos direitos fundamentais sobre o interesse público.....	335
2.1	O conceito de interesse público nos Tribunais de Contas.....	337
2.2	Incompatibilidade entre o conceito convencional de interesse público e a Constituição.....	338
2.3	A preponderância dos direitos fundamentais: o interesse público primário....	338
2.4	Os Tribunais de Contas e os direitos fundamentais.....	341
	Referências.....	343

DESPESAS COM PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: RESPONSABILIDADE FISCAL, TRIBUNAL DE CONTAS E CONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	347	
	Introdução.....	347
1	A importância da responsabilidade fiscal.....	347
2	Os fundamentos da responsabilidade fiscal.....	348

2.1	Controle dos gastos públicos	348
2.2	Equilíbrio das contas públicas	348
2.3	Transparência e participação popular	348
2.4	Planejamento, controle e governança	349
2.5	Criação de um ambiente favorável à estabilidade econômica	349
3	O limite da despesa de pessoal.....	350
3.1	Federalismo e a imposição de limite por lei nacional	350
3.2	Consulta aos Tribunais de Contas –efeitos	354
4	Como juridicamente devem proceder os Tribunais de Contas.....	356
5	Dos meios para efetivar o processo de transição	357
6	Considerações finais.....	357
	Referências	358

O MANDADO DE SEGURANÇA E O CONTROLE DO ATO ADMINISTRATIVO PELO PODER JUDICIÁRIO: REFLEXÕES IMPORTANTES

José Henrique Mouta Araújo	359
1 Momentos e instrumentos de controle dos atos administrativos.....	359
2 O controle de legalidade e mérito do ato administrativo pelo mandado de segurança: seus limites e a interpretação do Superior Tribunal de Justiça	360
Conclusões.....	369
Referências	370

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E DIREITO DO CONSUMIDOR: UM DIÁLOGO DAS FONTES

Luciano Benetti Timm	373
1 Entendimento dogmático e jurisprudencial sobre processo administrativo sancionador: relação de Direito Administrativo	373
1.1 Ampla defesa e devido processo administrativo.....	374
1.2 Proporcionalidade e razoabilidade	378
2 Levando as consequências a sério: pragmatismo administrativista	379
2.1 LINDB.....	379

O JUDICIÁRIO ESTADUAL NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA: NOTAS

Magno Guedes Chagas	383
1 Introdução.....	383
2 Federalismo: características.....	387
2.1 Apenas o Estado Federal é soberano	387
2.2 Obediência à mesma constituição	388
2.3 Repartição de competências realizada pela Constituição Federal.....	388
2.4 Rendas próprias dos entes federados.....	388
2.5 Convivência de três ordenamentos jurídicos parciais e um central	388
2.6 Ausência do direito de secessão	389
2.7 Cidadania é da federação e não do Estado-membro	389
2.8 Bicameralismo: elemento acidental.....	389
2.9 Possibilidade de Intervenção	390

2.10	Existência de um Tribunal para dirimir as controvérsias entre os entes federados.....	390
3	A Federação: princípio e postulado hermenêutico.....	391
4	Judiciário uno?	392
5	O sistema de precedentes brasileiros e o Judiciário Estadual como principal intérprete da lei federal.....	395
6	Princípio federativo e a interpretação das normas federais pelas cortes estaduais.....	396
7	Conclusão.....	397
	Referências.....	398

OTRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E SUA DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA QUANTO À RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO NOS TERMOS DO ART. 28 DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

Márcia Cristina de Vasconcellos Araújo	401	
1	Introdução.....	401
2	Conceito e responsabilidade do agente público.....	402
3	Breves comentários sobre o controle da Administração Pública.....	408
4	O Tribunal de Contas da União e a interpretação do art. 28 da LINDB.....	410
5	Conclusão.....	421
	Referências.....	421

EFICÁCIA SOCIAL COMO CONCREÇÃO DE DIREITOS A PARTIR DA EXEQUIBILIDADE DOS CONCEITOS DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA, PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A EFETIVIDADE E O FENÔMENO PRINCÍPIO/NORMA/RESULTADO

Marco Antonio Lobo Castelo Branco	423	
1	Introdução.....	423
2	A eficácia enquanto princípio constitucional implícito.....	424
3	A propedêutica fenomenológica dos princípios da eficiência, eficácia e efetividade.....	428
4	A ineficiência e o tempo neutro do processo. A eficácia limitadora de direitos e a efetividade como um alvo retórico.....	431
5	A efetividade positiva e o conteúdo moral do Direito moderno. A eficácia social.....	437
6	Conclusão.....	437
	Referências.....	439

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A ATUAÇÃO COORDENADA ENTRE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

Milene Dias da Cunha	441	
1	Introdução.....	441
2	Conceitos iniciais.....	442
3	Os antecedentes à avaliação de políticas públicas pelos Tribunais de Contas..	444
4	A avaliação de políticas públicas pelos Tribunais de Contas: a importância das recomendações e determinações para sua efetividade.....	446

5	Considerações finais.....	452
	Referências	454

ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS GRATUITOS: ALGUNS PONTOS E CONTRAPONTO

Milton Nobre	457
---------------------------	-----

OS MODOS DE DISPUTA E SEUS DESAFIOS NA LEI Nº 14.133/2021

Murilo Jacoby Fernandes	467
Introdução.....	467
1 Breve histórico dos modos de disputa na legislação nacional	468
2 Os procedimentos dos modos de disputa.....	469
2.1 Modo de disputa fechado.....	470
2.2 Modo de disputa aberto.....	470
2.3 Modo de disputa aberto e fechado.....	470
2.4 Modo de disputa fechado e aberto.....	470
3 Os desafios inerentes aos modos de disputa	471
3.1 Da ausência de parametrização legal.....	471
3.2 Da escolha por qual modo de disputa.....	472
3.2.1 Do agente responsável pela escolha do modo de disputa.....	472
3.2.2 Dos critérios para a escolha do modo de disputa.....	473
3.3 Da utilização do modo aberto nas licitações de obras e serviços de engenharia	475
Conclusão.....	477
Referências.....	478

ADO Nº 38/DF E A REPRESENTAÇÃO POPULAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: ESTUDO DE CASO E CONTRIBUTO DA ADVOCACIA PÚBLICA PARA A CONSECUÇÃO DOS FINS DA REPÚBLICA

Ophir Filgueiras Cavalcante Junior	479
1 Introdução.....	479
2 Da representação popular na Constituição e na lei	480
3 Da inconstitucionalidade por omissão	483
4 Resultado prático dos efeitos das decisões em sede de controle de constitucionalidade por omissão e a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	489
5 Construção da decisão integrativa, critérios e parâmetros para a supressão da lacuna legislativa	490
6 Considerações conclusivas.....	494
Referências	494

DAS DESPESAS DE PESSOAL EM FINAL DE MANDATO: JULGAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS À LUZ DAS MUDANÇAS VEICULADAS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2020

Patrick Bezerra Mesquita, Fabrício Vasconcelos de Oliveira	497
Introdução.....	497

1	A responsabilidade fiscal no trato da despesa com pessoal em final de mandato	498
2	A LC nº 173/2020 e sua repercussão no trato da matéria	504
	Considerações finais	509
	Referências	510

A INELEGIBILIDADE POR REPROVAÇÃO DE CONTAS E A CONSIDERAÇÃO DO ELEMENTO DOLOSO SEGUNDO A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

	Paulo Victor Azevedo Carvalho, Paula Cristina Rodrigues Gomes	513
	Introdução	513
1	O percurso das inelegibilidades e da legislação infraconstitucional através do ímpeto moralizante	514
2	A previsão legislativa referente à inelegibilidade por reprovação de contas em razão de irregularidade insanável	517
2.1	Ruídos, repercussões fáticas e conjecturas a respeito da disposição normativa	522
3	Considerações sobre os impactos da Nova Lei de Improbidade Administrativa e os reflexos na Lei Complementar nº 64/90 e seu rol de inelegibilidades	525
4	Impactos sociais: reflexões e transformações	526
5	Considerações finais	527
	Referências	528

TRANSVERSALIDADE NO DIREITO PENAL ECONÔMICO: METODOLOGIA DO TOTEM PARA SUPERAR PRECEDENTES QUE REPLICAM FALSAS PREMISSAS

	Rafael Thomaz Favetti	531
	Introdução	531
	Entidades de Previdência Complementar Fechadas	532
	O precedente	533
	O caso no Superior Tribunal de Justiça	533
	Julgamento no TRF	534
	Metodologia do totem para superação do precedente	537
	O <i>case</i>	538
	Companhias de seguro	540
	Conclusões	543
	Referências	544

POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ – TERPAZ, UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA E INCLUSÃO SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ

	Raimundo Santos Júnior, Frederico Antonio Lima de Oliveira, Jeferson Antonio Fernandes Bacelar	545
	Introdução	545
1	Políticas públicas e direitos sociais: um novo paradigma no mundo contemporâneo	546
2	Um conceito jurídico de políticas públicas	547

3	Um breve comentário sobre as políticas públicas no Brasil a partir do fenômeno da redemocratização.....	548
4	O Programa Territórios pela Paz TERPAZ, uma política pública de transformação social do governo do Estado do Pará.....	550
4.1	O que é o TERPAZ?	550
4.2	O que são territórios de descoesão social?	551
4.3	Quais os objetivos do programa?	552
4.4	Qual a estrutura do programa?	552
4.5	As Usinas da Paz.....	553
4.6	Os efeitos do programa no Estado do Pará.....	555
	Considerações finais.....	556
	Referências	556

ABOLITIO CRIMINIS PARCIAL DO CRIME DE CONTRATAÇÃO DIRETA ILEGAL PELA LEI N° 14.133/2021

Roberto Lauria, Anete Denise Pereira Martins	559
Introdução.....	559
Panorama geral sobre as alterações dos crimes licitatórios com o advento da Lei nº 14.133/2021.....	560
Do crime de contratação direta ilegal	564
Revogação da disposição “deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade” e suas consequências	570
Conclusão.....	575
Referências	576

BUROCRACIA: ACEPÇÕES NEGATIVAS E O REAL SENTIDO DO TERMO

Rodolfo Pamplona Filho, Epifanio A. Nunes	577
1 Introdução.....	577
2 Burocracia: origem e conceito	578
3 Burocracia e suas acepções negativas	581
4 O real sentido do termo “burocracia”.....	582
5 Entre a “burocracia gerencializada” e a “administração gerencial”	585
6 Romper com a burocracia ou adaptá-la a um novo contexto histórico?	588
7 Burocracia como um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito.....	590
8 Conclusão.....	593
Referências	594

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: OS AGENTES DE TRATAMENTO E O ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO

Rodrigo Pironti	597
I Introdução.....	597
II Os controladores e operadores de dados no setor público.....	598
III Os encarregados de dados em âmbito público: atribuições, garantias e forma de nomeação.....	602
IV Conclusão.....	605

A ADEQUAÇÃO À AGENDA ESG EM MEIO AO CAPITALISMO DE *STAKEHOLDERS*

Rodrigo Pironti, Nelson Eloy Bini Echstein de Andrade	607
1 ESG na prática. Vantagens que a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa trazem às empresas.....	610
2 ESG no Brasil – índices, métricas objetivas e os Greeniuns.....	613
3 Conclusão.....	615
Referências	616

MECANISMOS DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ÀS PESSOAS JURÍDICAS DO TERCEIRO SETOR

Sávio Rui Brabo de Araújo	617
1 Introdução.....	617
2 O conceito de Terceiro Setor.....	618
3 As funções dos princípios da Administração Pública.....	620
4 O tipo de pessoa jurídica que atua no Terceiro Setor	622
5 Instrumentos de fomento pela Administração Pública às atividades do Terceiro Setor.....	626
6 A interface e a harmonização do Terceiro Setor com a Administração Pública compatibilizando-o com a aplicação (integral ou moderada?) dos seus princípios constitucionais.....	629
7 Conclusão.....	632
Referências	632

DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE NORMAS ANTERIORES À INSTITUIÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DA UNIÃO NO CASO DE EXONERAÇÃO/POSSE DE CARGOS PÚBLICOS

Sérgio Oliva Reis	635
1 Apresentação do caso.....	635
2 Da evolução da previdência complementar fechada dos servidores públicos no Brasil.....	636
3 Dos destinatários do Regime de Previdência Complementar	638
4 Do benefício especial.....	639
5 Dos critérios que podem ser utilizados para dirimir a controvérsia decorrente da mudança de cargo	641
5.1 Da natureza do liame mantido com o poder público.....	642
5.2 Da ausência de solução de continuidade entre os vínculos	643
5.3 Das alterações de cargo público onde esses critérios devem ser utilizados.....	644
6 Das conclusões	646
Referências	647

A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Silaine Karine Vendrami, Lucas Gabriel Lopes Pinheiro	649
Introdução.....	649
1 O controle externo e a avaliação de políticas públicas.....	650
2 A atribuição do Ministério Público de Contas	653

3	A atuação do Ministério Público de Contas do Estado do Pará na avaliação das políticas públicas	655
3.1	Processos de contas	655
3.2	Procedimentos internos de fiscalização.....	658
	Referências	662
O TCU E A BUSCA PELO APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA POR MEIO DA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE SOLUÇÕES		
	Vital do Rêgo Filho	665
1	Introdução.....	665
2	Breves comentários sobre o controle externo no Brasil.....	666
2.1	Impactos decorrentes da atuação mais intensa do controle externo.....	668
3	Diagnóstico do problema: por que mudar a forma de atuação do TCU?	668
3.1	Breve descrição da metodologia adotada na construção da solução normativa	670
4	Principais soluções adotadas pelo TCU após o exercício de autorreflexão acerca de sua atuação perante os órgãos jurisdicionados.....	672
5	Resultados obtidos após a edição da Resolução nº 315/2020	675
6	Teoria dos diálogos institucionais: possibilidade de aplicação à jurisdição de contas	676
7	Considerações conclusivas	678
	Referências	680
	SOBRE OS AUTORES	681
	SOBRE O ARTISTA DA ILUSTRAÇÃO DA CAPA	688
	AGRADECIMENTO	689